

## **Geografia Eleitoral de Oeiras (PI): Uma Análise dos Pleitos Eleitorais ao Longo do Século XX**

Paulo Henrique de Carvalho Bueno<sup>1</sup>  

Francisco Alysson da Silva Sousa<sup>2</sup>  

**Resumo:** A Geografia Eleitoral permite que se analisem as dinâmicas dos momentos pré, durante e pós processo eleitoral de uma dada espacialidade, bem como a repercussão dessas dinâmicas nas produções espaciais. Nesse sentido, objetiva-se analisar a alternância do Poder Executivo de Oeiras (PI) de 1948 a 1996, quando dois grupos políticos – Boca Preta e Tupamaro – se revezaram na gestão do município. Metodologicamente, baseia-se em revisão bibliográfica e pesquisa documental junto ao sítio do Tribunal Superior Eleitoral. Os resultados indicam que, de 1948 a 1996, Oeiras foi administrada somente por prefeitos ligados aos grupos, em que os Tupamaro dominaram de 1948 a 1962. No período ditatorial, os Boca Preta ganharam em 1966, mas perderam em 1970. Com o advento do processo de redemocratização, os Boca Preta ganharam em 1982 e só perderam o controle do município em 1996, com o retorno dos Tupamaro.

**Palavras-chave:** Eleições Municipais. Gestão Municipal. Controle Político. Geografia Eleitoral.

### **ELECTORAL GEOGRAPHY OF OEIRAS (PI): AN ANALYSIS OF ELECTIONS THROUGHOUT THE 20TH CENTURY**

**Abstract:** Electoral Geography allows us to analyze the dynamics of moments before, during and after the electoral process of a given spatiality, as well as the repercussion of these dynamics on spatial productions. In this sense, the objective is to analyze the alternation of the Executive Branch of Oeiras (PI) from 1948 to 1996, when two political groups – Boca Preta and Tupamaro – took turns managing the municipality. Methodologically, it is based on a bibliographical review and documentary research on the Superior Electoral Court website. The results indicate that, from 1948 to 1996, Oeiras was administered only by mayors linked to the groups, in which the Tupamaro dominated from 1948 to 1962. During the dictatorial period, the Boca Preta won in 1966, but lost in 1970. With the advent of process of redemocratization, the Boca Preta won in 1982 and only lost the control of the municipality in 1996, with the return of the Tupamaro.

**Keywords:** Municipal Elections. Municipal Management. Political Control. Electoral Geography.

## **INTRODUÇÃO**

As disputas políticas para a gestão do território nas escalas nacional, estadual ou municipal têm despertado interesse nos últimos anos dos geógrafos, em especial os ligados à Geografia Eleitoral, a qual permite que se analisem as dinâmicas dos momentos pré, durante e pós-eleitorais de uma dada espacialidade, bem como suas

---

<sup>1</sup> Professor do IFPI - Campus Oeiras (PI).

<sup>2</sup> Professor do IFPI - Campus Oeiras (PI).

repercussões na realidade vivenciada, quer seja em seus aspectos econômicos, sociais, culturais ou políticos, enfim, interfere diretamente na produção do espaço.

Entretanto, conforme Castro (2010, 2021), Castro e Azevedo (2022) e Azevedo (2023), essa produção acadêmica sobre Geografia Eleitoral e a Geografia do Voto precisa avançar, tanto em termos quantitativos, quanto qualitativos. De fato, essa temática tem sido mais investigada no âmbito da Ciência Política e da Sociologia. Essa carência investigativa é mais flagrante no território piauiense, uma vez que no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Piauí, que iniciou em 2011, não há nenhuma dissertação que verse sobre a temática Geografia Eleitoral ou sobre a Geografia do Voto.

Vale dizer que a Geografia Eleitoral se constitui em sub ramo da Geografia Política, a qual pode ser compreendida, conforme Castro (2010, p. 17),

[...]como um conjunto de ideias políticas e acadêmicas sobre as relações da geografia com a política e vice-versa. O conhecimento por ela produzido resulta da interpretação dos fatos políticos, em diferentes momentos e em diferentes escalas, com suporte numa reflexão teórico-conceitual desenvolvida na própria geografia ou em outros campos como a ciência política, sociologia, antropologia, relações internacionais etc. A dupla necessidade de dar uma resposta acadêmica sobre os fundamentos geográficos para eventos políticos e a preocupação de legitimar a sua análise a partir de um enquadramento intelectual em modelos teóricos reconhecidos resultaram numa forte contextualização da disciplina, tanto em termos dos temas centrais como das opções metodológicas, além das práticas, de muitos dos seus formuladores [...].

Nessa direção, tem-se que nos fenômenos políticos há uma dimensão espacial, o que permite, portanto, à análise geográfica. Assim, seja a partir da escala em que as ações políticas ocorrem, seja a partir da ordem espacial que afeta e é afetada ou os lugares em que acontecem a política cotidiana, a produção espacial em sua díade forma – conteúdo se dinamiza (Castro, 2015).

Nesse sentido, objetiva-se analisar as alternâncias no Poder Executivo de Oeiras (PI) de 1948 a 1996, as quais ergueram dois grupos políticos – *Boca Preta* e *Tupamaro* – que se revezaram na gestão do município. Metodologicamente, o escrito fundamenta-se em revisão bibliográfica e pesquisa documental no sítio do Tribunal Superior Eleitoral para a busca dos resultados eleitorais.

O texto encontra-se estruturado em duas seções, além da introdução e da conclusão. A primeira seção trata da Geografia Eleitoral – momento em que se discute

conceitualmente a como os fenômenos políticos podem ser submetidos à análise geográfica por meio da Geografia Eleitoral e do Voto. Ademais, discute-se, a partir de pesquisas realizadas no âmbito da Ciência Política, a reprodução familiar nos cargos de gestão municipal.

A segunda seção analisa a historicidade das disputas eleitorais em Oeiras de 1948 a 1996 com o objetivo de evidenciar a constituição dos dois grupos políticos que se alternavam no poder executivo nesse período, os *Boca Preta* e os *Tupamaro*. Investe-se, também, em como as ações políticas construíram as identidades dos grupos e suas composições familiares.

### **Geografia Eleitoral: Uma breve sessão**

A Geografia Eleitoral faz parte da Geografia Política como uma de suas vertentes, bem como a Geografia do Voto. Assim, compreender as dinâmicas envolvidas nos processos de escolhas eleitorais permite analisar as inter-relações entre a política e a produção do espaço de uma dada realidade.

Destarte, as investigações nesse campo científico possibilitam: a) desnudar a quem pesquisa a constituição de territórios eleitorais e conexões entre atores políticos e suas bases eleitorais; b) ao postulante ao cargo público por meio de eleição poder fornecer informações relevantes para as estratégias a serem usadas em uma campanha; c) ao cidadão comum, servir como mecanismo de fiscalização dos representantes do seu espaço de moradia (Terron, 2012). Enfim, conforme Castro (2010, p. 159), a Geografia Eleitoral:

[...]contribui, em particular, para dar visibilidade aos marcos espaciais daqueles fatores, ou condições, que afetam o voto e os resultados das eleições. Neste sentido, tanto os sistemas eleitorais como os resultados das eleições podem ser analisados através do que apontamos como razões espaciais, ou seja, as muitas condições que no território cercam a existência humana, como a localização, a vizinhança, a densidade demográfica, as instituições, os equipamentos à disposição dos cidadãos etc.

A ideia de visibilidade dos marcos espaciais, discutida por Carlos (2010) leva ao raciocínio de que as dinâmicas eleitorais promovem (re)fazerem nas formas e conteúdos das realidades sob análise. Nessa direção, algumas pesquisas, no âmbito dos programas de Pós-Graduação em Geografia, têm procurado desvendar essas conexões espaciais e suas repercussões no âmbito das disputas políticas, tais como: Braga (2008) que analisa como a territorialização da Igreja Universal do Reino de

Deus no Rio de Janeiro influenciou a eleição de candidatos ligados a instituição, nos anos de 2000 a 2006; Augusto (2012) objetivou examinar o comportamento do voto, baseado nas variáveis *renda* e *escolaridade*, em Guarapuava (PR), nos momentos eleitorais de 2008 e 2010, uma eleição municipal, e outra, estadual e nacional; Augusto (2017) discutiu o comportamento dos eleitores em suas escolhas de forma comparativa nas eleições de 2010 e 2014, no Brasil, e 2011 e 2013, em Portugal. Cunha (2014) investigou as conexões entre os políticos e eleitores nos momentos antes, durante e pós-eleições no município de Rio Grande (RS), nos pleitos de 2004 e 2008; Pereira (2014) examinou as correlações eleitorais entre os deputados eleitos nos pleitos de 2006 e 2010, em Goiás, com os espaços de maiores votações destes a partir das emendas propostas; Soares (2019) analisou as eleições presidenciais de 1998 e 2002, para entender como os fenômenos políticos e territoriais, correlacionados com as estruturas sociopolíticas, reelegeram Fernando Henrique Cardoso e elegeram, pela primeira vez, Luís Inácio Lula da Silva; Naves (2019) investigou as disputas e influências territoriais dos deputados tocantinenses nas eleições de 2002 a 2014; e Nogueira (2020) debateu sobre as ligações entre vereadores e eleitores em Goiânia, nas eleições de 2016.

Entretanto, na realidade piauiense, os escrutínios têm se situado na Ciência Política, em que tocam a Geografia Eleitoral e a Geografia do Voto bem mais como localização espacial, sem adentrar, efetivamente, pelos conteúdos territoriais que condicionam e são condicionados nas escolhas dos postulantes a cargos eletivos. No âmbito da Geografia, encontrou-se apenas uma produção acadêmica, a de Azevedo (2012), que discutiu comparativamente o Piauí e o Rio Grande do Sul, como a criação de novos municípios que afetaram o exercício da cidadania com foco na criação de conselhos municipais.

De fato, as pesquisas encontradas mais detidas acerca do Piauí foram as de Neves (2010), o qual investigou os padrões espaciais das votações dos deputados federais nos pleitos de 1994 a 2006, a partir da classificação de Ames (2003) e Carvalho (2003); e Dantas Filho (2018), que usou a mesma metodologia de Neves (2010) para analisar os legisladores estaduais eleitos de 1998 a 2014.

Nesse cenário de fragilidades investigativas da Geografia Eleitoral piauiense tomam-se de empréstimo algumas reflexões de pesquisas da Ciência Política para que se compreenda o caráter hereditário nas gestões municipais, com destaque para os escritos de Silva (1999), Arraes Filho (2000) e Moura (2019).

Na verdade, na maioria dos municípios piauienses, as realidades políticas são movimentadas por pequenos grupos de pessoas em busca dos cargos executivos, o que revela que determinadas famílias se revezam e se perpetuam no poder a partir de usos diversos, seja por meio dos mecanismos econômicos, sociais ou culturais. De fato, como apontam Silva (1999) e Arraes Filho (2000), as condições de fragilidade econômica do Estado propiciaram a formação oligárquica nas gestões estaduais, o que também se verifica nos municípios, como é o caso de Oeiras.

Destarte, conforme Silva (1999, p. 18), “[...] a ação do Estado converge para os interesses políticos e econômicos das redes familiares que o governaram e o governam, revezando-se no poder com poucas mudanças no corpo do grupo dirigente do Piauí até a década de 1990”. Com efeito, essas estruturas familiares carregam em si elementos patrimonialísticos e de pouca vontade de transformações sociais, econômicas e políticas da realidade piauiense.

Decorre, nessa historicidade das reproduções familiares na gestão governamental estadual, que as oligarquias se constituíram desde a Primeira República e têm se reproduzido com base em relações clientelistas que mantêm as lealdades político-eleitorais (Silva, 1999), as quais podem ser identificadas como uma das formas dos padrões espaciais das votações, como indica os estudos de Neves (2010) e Dantas Filho (2018).

Ressalte-se que a hereditariedade de grupos familiares no poder transmutaram-se ao longo do século XX, uma vez que, se no início havia a figura dos coronéis como mandatários que se utilizavam de mecanismos de bases agrárias para fidelidades eleitorais, já no final do século XX e início do XXI, o controle dos meios de comunicação é mais utilizado como forma de comunicação e de formação de opinião sobre determinados postulantes. Entretanto, mesmo com tais modificações, a política estadual piauiense, e, em decorrência, também a municipal “[...] preservam o clientelismo e o patrimonialismo como principais formas de geração de moedas de troca eleitoral para garantir suas lealdades políticas locais e, conseqüentemente, o mando (Silva, 1999, p. 331). De fato,

Reproduz-se, assim, o poder municipal instalado nas diversas regiões do Estado, que é consolidado em duas ou três famílias que se perpetuam nas prefeituras, revezando-se desde as décadas de 40 e 50. São famílias que exerceram o mando durante muito tempo de forma coronelística, com pouquíssima penetração no círculo do poder de pessoas estranhas aos laços consanguíneos. Esse domínio começa com as conquistas das prefeituras, para depois alçar a esfera

estadual, através de um mandato de deputado estadual, numa primeira instância, e de deputado federal, numa segunda (Silva, 1999, p. 323).

Nesse sentido, as realidades socioeconômicas das diferentes regiões do Piauí promovem a composição e o recrutamento do parlamento de forma oligárquica, uma vez que, quanto mais pobres e isolados forem os municípios, maiores serão as tendências de permanência no poder e de padrões políticos tradicionais, pautados na alocação; e a inversão de recursos financeiros nos respectivos espaços confirma a adesão a um determinado deputado (Arraes Filho, 2000).

Arraes Filho (2000) identifica a Família Tapety como oligárquica em Oeiras, localizada na região central piauiense, a qual, conforme Moura (2019), está há cinquenta e seis anos na legislatura estadual, em que Juarez Tapety deixa como herdeiro Mauro Expedito Reis de Freitas Tapety. Dessa forma, a reprodução familiar nos espaços de gestão se torna evidente:

[...] nas práticas políticas regionais e locais que ainda trazem em seu bojo o uso de determinados capitais que, conjugados, possibilitam a manutenção e reprodução dos grupos familiares nas diversas estruturas formais de poder no seio do Estado. Tais capitais correspondem a: Capital Social – que repousa na rede de contatos e relacionamentos construídos pelo grupo familiar ao longo das décadas e que perpassam a esfera do campo político; Capital Político – que corresponde especificamente ao capital político delegado, que propicia acesso às estruturas formais de comando nas esferas das instituições políticas (partido) e dos executivos municipal e estadual; Capital Econômico – que se assenta exclusivamente na capacidade de captação e posse de recursos econômicos dos troncos político-familiares; Capital Simbólico – que envolve o processo de aglutinação concomitante composto pela socialização política, pela libido social, pelo *habitus* e pelo capital cultural. A soma dos capitais conjugados propicia aos grupos familiares a apreensão patrimonial do espaço do poder político.

As ideias de Moura (2019) evidenciam que conjugar os capitais econômico, social, político e cultural é para poucos sujeitos. Em decorrência tem-se que:

[...] a política é uma atividade elitista; não se acessa com êxito nesta arena sem dispor de certos capitais ou recursos estratégicos de poder, como também não se mantém os espaços conquistados sem o contínuo dispêndio de tais recursos. Levando também em consideração que o acesso aos capitais é extremamente desigual [...] (Moura, 2019, p. 110).

Em Oeiras, desde 1948, dois grupos políticos têm dominado a cena das disputas eleitorais municipais, os *Boca Preta* e *Tupamaro*. Discutir esses embates e a constituição desses grupos é intento da seção seguinte.

### **Geografia Eleitoral de Oeiras: Uma análise das disputas políticas ao longo do século XX.**

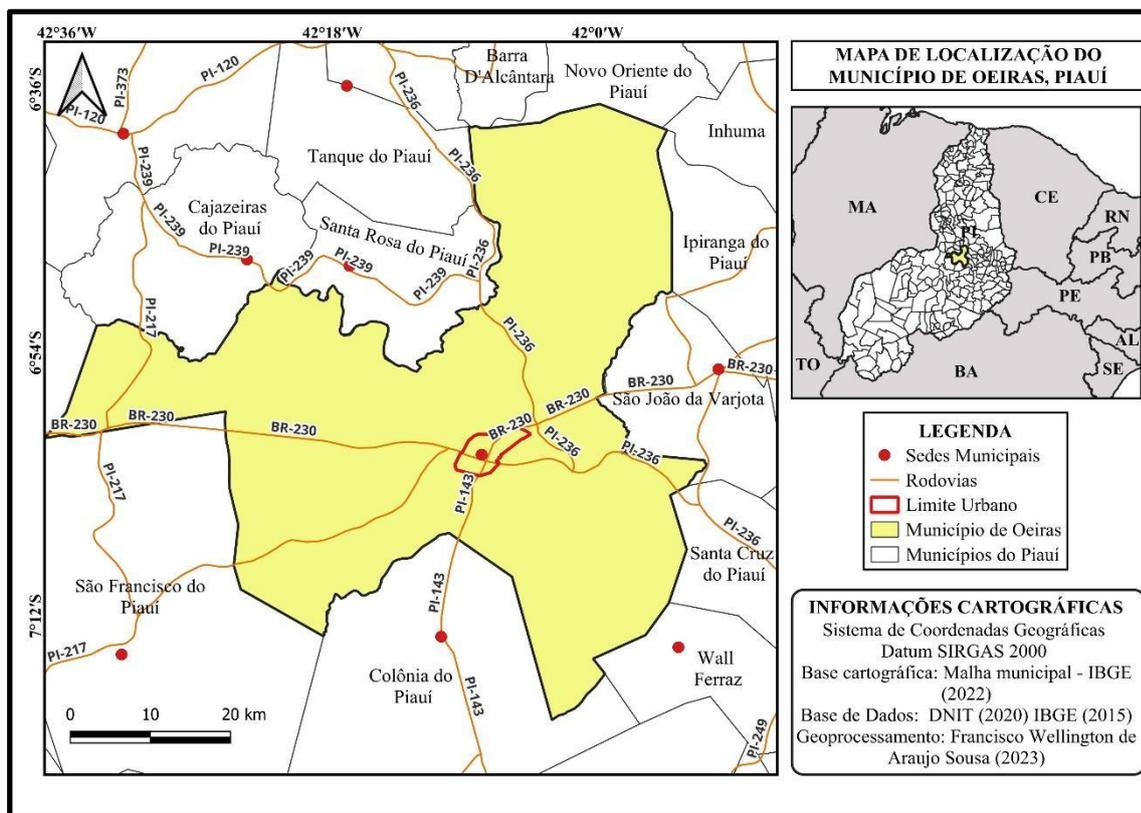
Oeiras, se constitui no núcleo urbano mais antigo do estado do Piauí e formou-se às margens do riacho Mocha. Em 1696 foi elevada à categoria de freguesia, intitulada Nossa Senhora da Vitória, e em denominação de vila em 1712. Com a criação da Capitania do Piauí, em 1758, esse espaço torna-se a sede governamental e em 1761 é elevada a capital estadual (IBGE, 2020).

Nesse sentido, Oeiras, primeira capital do Piauí até 1852, localiza-se a 07° 01' 31" de Latitude Sul e 42° 07' 52" de Longitude Oeste (Figura 1); tem como municípios limítrofes: ao Norte, Barra D'Alcântara, Tanque do Piauí, Novo Oriente do Piauí e Santa Rosa do Piauí; ao Sul, São Francisco do Piauí, Colônia do Piauí e Wall Ferraz; a Leste; São João da Varjota, Santa Cruz do Piauí, Inhuma e Ipiranga do Piauí; e a Oeste, Santa Rosa do Piauí, Nazaré do Piauí, São Francisco do Piauí e Cajazeiras do Piauí (CEPRO, 2013).

Oeiras, mesmo com seus 263 anos de existência, não se desenvolveu socioeconomicamente de forma significativa, uma vez que ainda na atualidade são as atividades de serviços e da administração pública que mais geram emprego e renda no município, conforme aponta os estudos de Bueno e Nascimento (2022). Ademais, seu crescimento e adensamento urbano se deu de forma lenta e tímida Pereira (2015) e Rocha (2015), quando comparada com as cidades polos dos territórios mais próximos, Picos e Floriano, de acordo com Lima (2017).

Atualmente o Piauí é regionalizado em 12 territórios de desenvolvimento, em que Oeiras é a cidade polo do território Vale do Canindé (Bueno e Nascimento, 2022). Em 1991, conforme IBGE (2022), foram criados 5 municípios que pertenciam ao espaço oeirense (Cajazeiras do Piauí, Colônia do Piauí, São João da Varjota, Santa Rosa do Piauí e Tanque do Piauí).

**Figura 1 - Localização de Oeiras e seus municípios limítrofes – 2024**



Nessa direção, a criação das novas municipalidades provocou uma diminuição significativa de sua população, uma vez que em 1991 havia 51.891 habitantes, em 2000 caiu para 33.910 habitantes, elevou-se para 35.630 em 2010 e 38.161, em 2022, o que a coloca como a 13ª maior população do estado (Quadro 1).

**Quadro 1 – População de Oeiras (1940 a 2022).**

População	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010	2022
<b>Urbana</b>	1.971	2.042	6.017	9.650	12.390	16.002	19.629	21.997	
<b>Rural</b>	36.429	42.518	33.931	31.926	34.929	35.889	14.281	13.643	
<b>Total</b>	38.400	44.560	39.948	41.576	47.319	51.891	33.910	35.630	38.161

Fonte: IBGE, 2010; 2022.

Historicamente, após o fim da ditadura de Vargas, 29 de outubro de 1945, as eleições para prefeito em Oeiras começaram a ser disputadas por famílias que tinham diferentes interesses ao acessar o poder municipal. De todo modo, os postulantes ao cargo executivo municipal eram figuras destacadas na sociedade oeirense, seja pelas profissões exercidas, seja por seus poderes econômicos.

Nesse cenário, foram fundados nacionalmente e se reproduziram nas realidades estaduais e municipais os partidos União Democrática Nacional (UDN), oposição ao Estado Novo getulista; o Partido Social Democrático (PSD), formado por

apoiadores de Getúlio Vargas; e criou-se o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), também ligado a Getúlio (Silva, 1999). Em Oeiras, somente os dois primeiros tiveram representantes nos pleitos municipais.

Em 1947, José da Rocha Neto, da UDN, ganha as eleições estaduais no Piauí, grupo opositor ao então presidente eleito, Eurico Gaspar Dutra, do PSD (Silva, 1999). Em Oeiras, os dois grupos iniciam sua primeira disputa em 1948, para um mandato de dois anos, em que se enfrentaram Augusto Rocha Neto<sup>3</sup>, PSD, contra Artaxerxes Martins de Sá<sup>4</sup>, UDN, em que o primeiro saiu vitorioso. Com efeito, houve ali um Executivo municipal, em tese, alinhado ao governo federal e opositor ao estadual.

Essa situação se modificou em 1950, momento em que foi eleito para governo estadual, Pedro de Almendra Freitas, pelo PSD, uma vez que, nesse ano, elegeu-se, em Oeiras, Laurentino Pereira Neto<sup>5</sup>, do grupo *Tupamaro*, ao vencer Luiz Rêgo de Carvalho<sup>6</sup>, do grupo *Boca Preta*, pertencente ao Partido da União Democrática Nacional – UDN.

Em 1954, Jacob Manoel Gayoso e Almendra foi eleito governador pelo PSD (SILVA, 1999). Em Oeiras, manteve-se o alinhamento ao governo estadual, posto que Mário de Alencar Freitas<sup>7</sup>, PSD, vence João Ribeiro de Carvalho<sup>8</sup>, da UDN, com maioria expressiva: 5.720 para o vencedor e 2.436 votos para o derrotado, diferença de 3.284 votos.

Em 1958, conforme Silva (1999), a oposição chega ao poder, pela primeira vez no governo estadual, com Francisco da Chagas Caldas Rodrigues, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que, coligado com a UDN, vence José Gayoso de Almendra Freitas Castelo Branco, do PSD. Na primeira capital do Piauí, mantém-se a mesma toada, uma vez que Adelino de Sá Rocha<sup>9</sup>, PSD, obteve 3.667 votos, e venceu João Batista Barbosa de Deus<sup>10</sup>, UDN, o qual foi votado por 2.432 oeirenses. Mais uma vez, o Executivo municipal se oporia ao estadual num mandato eleitoral.

No âmbito estadual, em 1962, Chagas Rodrigues tornou-se o primeiro governador a renunciar ao mandato para se candidatar à Câmara Federal, em que se

---

<sup>3</sup> Filho de Adelino da Silva Rocha e Nantilde Maria Freire de Sepúlveda (Araújo, 2024).

<sup>4</sup> Filho de Raimundo Nogueira de Sá e Tereza de Jesus Martins (Araújo, 2024).

<sup>5</sup> Filho de Pedro Laurentino Pereira de Sousa e Ângela Reis de Sousa (Araújo, 2024).

<sup>6</sup> Filho de José de Lima e Silva Carvalho e Leonissa Teixeira Rego (Araújo, 2024).

<sup>7</sup> Filho de Antônio de Alencar Freitas e Amélia Dias de Freitas (Araújo, 2024).

<sup>8</sup> Filho de Raimundo Barbosa de Carvalho e Júlia Maria Gonçalves (Araújo, 2024).

<sup>9</sup> Filho de Augusto Rocha Neto, prefeito eleito em 1948, e Antônia Martins de Sá (Araújo, 2024).

<sup>10</sup> Era irmão do Padre Balduino Barbosa de Deus e filho de Lourenço Barbosa Castelo Branco e Enedina Barbosa de Deus (Araújo, 2024).

saiu vitorioso como deputado, e assume o seu vice, Tibério Nunes (UDN). Nesse cenário, dados os conflitos composicionais das chapas, quebrou-se a unidade do PTB com a UDN, o que fez com que esta se unisse a seu opositor histórico, o PSD. O resultado é a vitória eleitoral de Petrônio Portela Nunes, do PSD, contra Constantino Pereira de Sousa, do PDT (Silva, 1999).

Em Oeiras, as disputas continuaram centradas nos dois partidos. Assim, em 1962, Juarez Piauiense de Freitas Tapety<sup>11</sup>, PSD, sai vitorioso na disputa com José Expedito de Carvalho Rêgo<sup>12</sup>, UDN. Essa cronologia assim se delineou nas disputas de 1948 a 1962 (Quadro 2).

**Quadro 2** -Resultados eleitorais para prefeito em Oeiras de-(1948 a 1962)\*

Ano	Colocação	Nome	Partido	Votos	Grupo**
1948	1º	Augusto Rocha Neto	PSD		Tupamaro
	2º	Artaxerxes Martins de Sá	UDN		Boca Preta
1950	1º	Laurentino Pereira Neto	PSD		Tupamaro
	2º	Luiz Rêgo de Carvalho	UDN		Boca Preta
1954	1º	Mario de Alencar Freitas	PSD	5.720	Tupamaro
	2º	João Ribeiro de Carvalho	UDN	2.436	Boca Preta
1958	1º	Adelino de Sá Rocha	PSD	3.667	Tupamaro
	2º	João Batista Barbosa de Deus	UDN	2.432	Boca Preta
1962	1º	Juarez Piauiense de F. Tapety	PSD		Tupamaro
	2º	José Expedito de Carvalho Rego	UDN		Boca Preta

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, 2024 (adaptado).

\* Com relação aos anos que não constam os votos, isso ocorre em função da inexistência na fonte buscada, o Tribunal Superior Eleitoral.

\*\* Denominação de grupo dado pelo autor, uma vez que tais nomeações são mais recentes.

De fato, em quatorze anos de disputas eleitorais em Oeiras, 1948 a 1962, essas se deram com poucas famílias, nas quais saíram vitoriosos os agremiados ao PSD, partido ligado aos getulistas. Esse partido foi consolidando seu poder na cidade, pautado nas relações familistas e patrimonialistas, em analogia aos estudos de Silva (1999), Arraes Filho (2000) e Moura (2019), para a realidade estadual piauiense. Na verdade, a realidade municipal não diferiu tanto do que ocorreu em escala estadual, uma vez que,

[...] no período de redemocratização e do pluripartidarismo a alternância real de poder entre os três principais partidos (UDN, PSD e PTB), possibilitando a emergência de novos sujeitos políticos, como foi o caso de Chagas Rodrigues, até então desconhecido no âmbito

<sup>11</sup> Filho de José Nogueira Tapety e Maria Salomé de Alencar Freitas (Araújo, 2024).

<sup>12</sup> Filho de Assuero César Rêgo e Carmen de Carvalho Reis (Araújo, 2024).

estadual, embora já fosse deputado federal de dois mandatos, pois sua área de atuação e colégios eleitorais eram restritos ao litoral do Piauí. [...] durante o período da reconstitucionalização do país até o advento do Golpe Militar de 1964, as famílias Almendra Freitas e Portella Nunes, em cinco legislaturas, conseguiram colocar cinco representantes, envolvendo três Governadores e um Vice-Governador (Silva, 1999, p. 211).

Em 1964, houve um golpe militar que modificou o sistema eleitoral nacional e estadual, com a instituição das eleições indiretas ou indicações militares para os postos de governadores estaduais. Entretanto, na maioria das realidades municipais, os pleitos se mantiveram, mas permaneceram no ritmo dos momentos anteriores. No caso do Piauí, Silva (1999, p. 219) destaca:

Os momentos pré-Golpe Militar de 1964 e os desdobramentos do referido movimento são férteis em fatos que colocam em evidência o papel das lideranças na cena política, movimentando-se no sentido de garantir seus interesses ou de seu grupo. No âmbito do Estado do Piauí, vai avultar a figura de Petrônio Portela Nunes que, na condição de Governador, manifesta-se contra o Golpe de 31 de março de 1964, através de um manifesto em favor da legalidade constitucional, amplamente divulgado em 1º de abril. No entanto, por motivos ainda não bem explicitados, 24 horas depois, adere ao movimento golpista. Sabe-se que essa postura evitou sua cassação, após muitas discussões com seu grupo político e líderes civis “revolucionários” que o apoiava no Estado.

Com o pós-golpe de 1964, extinguíram-se os velhos partidos UDN, PSD, PTB e outros menores, para serem criados, a partir do Ato Institucional nº. 2, de 27 de outubro de 1965, partidos como, por exemplo, o ARENA, ligado aos militares, e o MDB como uma ala opositora (Silva, 1999), o qual ficou popularmente conhecido como ARENA 2. No Piauí, o partido liderado por Petrônio Portela, ARENA 1, indicou os governadores de 1966 a 1978, em que essa figura política escolheu os gestores do cargo executivo estadual com base na vinculação familiar. Nesse sentido, assim se delinearam os citados gestores: 1966 – Helvídio Nunes de Barros; 1970 – Alberto Tavares Silva (única exceção, pois foi imposto pelos militares à revelia de Petrônio Portela); 1974 – Dirceu Mendes Arcoverde; e 1978 – Lucídio Portela Nunes (Silva, 1999).

Em Oeiras, em 1966, primeira eleição municipal pós-golpe militar, João da Mata Barbosa Nunes<sup>13</sup>, o qual foi vice-governador na chapa vencedora com Francisco da Chagas Caldas Rodrigues, em 1958, se colocou como candidato. Com a renúncia do

---

<sup>13</sup> Filho de Benedito Estelita de Moura Nunes e Maria Benedita de Moura Barbosa, e irmão de Tibério Barbosa Nunes (Araújo, 2024).

governador em 1962, Tibério assume o Executivo estadual. Nesse sentido, indicou-se João da Mata pelo partido ARENA 1, ligado ao grupo *Boca Preta*, o qual venceu Severo Clementino de Sousa Santos<sup>14</sup>, ARENA 2, ligado ao grupo *Tupamaro*. Foi a primeira vez, desde 1948, que os familiares do grupo *Boca Preta* chegaram ao poder desde 1948.

Contudo, em 1970, Juarez Piauiense de Freitas Tapety, ARENA 2, venceu Antônio Barroso de Carvalho, do ARENA 1, para um mandato de dois anos, e retoma o poder para o grupo *Tupamaro*. Nesse pleito, Tapety obteve 4.445 votos ante os 3.499 de seu adversário, uma diferença de 946 votos. Em 1972, Pedro Mendes Freitas<sup>15</sup> transita para o ARENA 1 e vence João da Mata Barbosa Nunes, do ARENA 2, que já havia sido prefeito em 1966. Essa eleição foi bastante acirrada, uma vez que o vencedor foi votado por 4.199 eleitores, enquanto o adversário obteve 4.173 votos, uma diferença de 26 votos.

Em 1976, João da Mata Barbosa Nunes, do ARENA 2, coloca, mais uma vez, seu nome à disposição do eleitorado oeirense, em disputa com Pedro Waldemar de R. Freitas<sup>16</sup>, ARENA 1. Pedro Freitas venceu ao obter 7.036 votos, enquanto João da Mata foi votado por 6.526 eleitores, 510 votos de diferença.

As duas eleições, 1972 e 1976, revelaram que o poder obtido pelos *Boca Preta*, em 1966, com a eleição de João da Mata, propiciou uma fidelização eleitoral significativa, haja vista que a diferença em 1972 foi de 26 votos (compareceram às urnas 8.372 oeirenses), e, em 1976, a diferença foi de 510 votos, mesmo com um aumento substancial de votantes, 13.562 eleitores; 5.190 ou 62% do eleitorado a mais que em 1972. Observe-se a sequência dessa cronologia (Quadro 3).

No final dos anos de 1980 têm início as dinâmicas do processo de redemocratização do País. Nesse contexto, os partidos ARENA 1 e MDB (ARENA 2) foram extintos e [res]surgiram outros. A partir de 1982 houve eleições diretas para governadores. Dentre os partidos surgidos, destaca-se, no Piauí, o Partido Democrático Social (PDS), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB, antigo MDB) e Partido dos Trabalhadores (PT). Na eleição estadual de 1982, os Almendra Freitas voltaram ao poder com a eleição de Hugo Napoleão do Rêgo Neto,

---

<sup>14</sup> Filho de Joaquim Ulisses de Sousa Santos e Maria Clementino de Sousa Santos (Araújo, 2024).

<sup>15</sup> Filho de Mário de Alencar Freitas e Conceição de Maria Mendes Freitas (Araújo, 2024).

<sup>16</sup> Filho de Alcides de Alencar Freitas e Maria Reis Freitas (Araújo, 2024).

pelo PDS, ao vencer Alberto Silva, do PMDB, que já havia sido governador indicado pelos militares em 1970 (Silva, 1999).

**Quadro 3** - Resultados eleitorais para prefeito em Oeiras (1966 a 1976)\*

Ano	Colocação	Nome	Partido	Votos	Grupo
1966	1º	João da Mata Barbosa Nunes	ARENA 1		Boca Preta
	2º	Severo C. de Sousa Santos	ARENA 2		Tupamaro
1970	1º	Juarez Piauyense de F. Tapety	ARENA 2	4.445	Tupamaro
	2º	Antônio Barroso de Carvalho	ARENA 1	3.499	Boca Preta
1972	1º	Pedro Mendes Freitas	ARENA 1	4.199	Tupamaro
	2º	João da Mata Barbosa Nunes	ARENA 2	4.173	Boca Preta
1976	1º	Pedro Waldemar de R. Freitas	ARENA 1	7.036	Tupamaro
	2º	João da Mata Barbosa Nunes	ARENA 2	6.526	Boca Preta

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, 2024 (adaptado).

\* Com relação aos anos que não constam os votos, isso ocorre em função da inexistência na fonte buscada, o Tribunal Superior Eleitoral.

Na esfera oeirense, em 1982, Benedito de Carvalho Sá<sup>17</sup> (popularmente conhecido como B. Sá), PMDB, venceu Pedro Mendes Freitas, do PDS, o que configurou oposição ao governo estadual. Nessa eleição, evidenciou-se o crescimento eleitoral do grupo *Boca Preta*, uma vez que o seu candidato obteve 7.422 votos frente aos 5.767 de Pedro Freitas, que havia ganhado em 1972 por maioria apertada. Nesse ano, compareceram às urnas 13.189 eleitores, em que B. Sá conquistou maioria de 1.655 votos.

Em 1986, foi eleito como governador Alberto Tavares Silva, pelo PMDB, o que tornou o grupo *Boca Preta* governista. Assim, em 1988, Marco Antônio Nunes de Carvalho<sup>18</sup>, PMDB, indicado por B. Sá, dos *Boca Preta*, vence Benedito de Carvalho Nunes<sup>19</sup>, PDS, do grupo *Tupamaro*. Nessa eleição, Raimundo Nonato Pereira de Sousa, do PT, se propôs, como candidato, a enfrentar os dois grupos dominantes. Contudo, sua votação foi frágil frente às demais, uma vez que só conseguiu 270 votos. Marco Antônio obteve 11.301 votos, e Benedito Nunes teve 7.583, o que deu uma maioria expressiva ao vitorioso, 3.718 votos em relação ao segundo colocado.

<sup>17</sup> Filho de Raimundo Nogueira Sá e Elisabeth de Carvalho Sá (Araújo, 2024).

<sup>18</sup> Filho de Antônio Santana Ferreira de Carvalho e Alina Rosa Ferraz de Moura Nunes (Araújo, 2024).

<sup>19</sup> Filho de João da Mata Barbosa Nunes, ex-prefeito, e Júlia Carvalho Nunes (Araújo, 2024).

O processo sucessório de governo estadual, em 1990, teve conflitos sobre quem seria indicado, o que fez com que rachasse o grupo apoiador de Alberto Silva, do PMDB, dentre eles os partidários oeirenses, os quais migraram para o Partido da Frente Liberal (PFL), partido que havia feito a maioria das prefeituras; em 1988, tinha como indicado e saiu-se vencedor Antônio de Almendra Freitas Neto (Silva, 1999).

Nesse sentido, em 1992, cinco candidatos pleitearam o cargo de prefeito: Walburg Ribeiro G. Filho<sup>20</sup>, PFL, apoiado por B. Sá; Juarez Piauiense de Freitas Tapety, do Partido Liberal (PL); Raimundo Nogueira de Sá Filho<sup>21</sup>, PSC; Valdália Reis de Freitas Tapety<sup>22</sup>, PMDB; e Wilson da Silva Chagas, pelo PT.

Nesse pleito, o líder B. Sá preferiu apoiar Walburg, ao invés do irmão, Raimundo Sá (popularmente conhecido como Din Sá). As votações assim se configuraram: Walburg, 8.783 votos, Juarez Tapety (líder maior do grupo *Tupamaro*), 5.801 votos, Raimundo Sá, 895 votos, Valdália, 787 votos e Wilson, 325 votos. O grupo *Boca Preta* ganhou com diferença de 2.982 votos em relação ao candidato do grupo *Tupamaro*.

Em 1994, na disputa para governo do Estado, o PFL indicou Átila Freitas Lira, o qual terá como opositor Francisco de Assis Moraes Sousa (“Mão Santa”) que sai vencedor. Essa mudança de poder estadual será um ingrediente a mais na eleição oeirense, uma vez que o grupo *Boca Preta* se dividiu, uma vez que tiveram dois candidatos do grupo, Din Sá e Marcos Antônio.

Nesse novo contexto, em 1996, quatro candidatos disputaram a Prefeitura de Oeiras: José Nogueira Tapety Neto<sup>23</sup>, PMDB, ganhou com diferença de 130 votos sobre o segundo colocado, por ter tido 5.981 votos; Raimundo Nogueira de Sá Filho obteve 5.851 votos. Marcos Antônio Nunes de Carvalho (que havia sido eleito prefeito em 1988) obteve uma votação expressiva, 4.285 votos; por sua vez, Advaldo, candidato pelo PDT, obteve 286 votos. Nesse cenário, os dois candidatos pertencentes ao grupo *Boca Preta* tiveram 10.136 votos, o que daria uma vitória com maioria de 4.155 votos em relação ao candidato do grupo *Tupamaro*, caso tivessem se mantido unidos. Essa historicidade encontra-se registrada no Quadro 4.

---

<sup>20</sup> Filho de Walburg Ribeiro Gonçalves e Ana do Espírito Santo de Carvalho (Araújo, 2024).

<sup>21</sup> Irmão de B. Sá (ARAÚJO, 2024).

<sup>22</sup> Filha de Waldemar de Alencar Freitas e Amália Reis Freitas, casada com Juarez de Freitas Tapety Júnior, cunhada, portanto, do candidato Juarez Tapety, PMDB (Araújo, 2024)

<sup>23</sup> Filho de Juarez Piauiense de Freitas Tapety (Araújo, 2024)

**Quadro 4** – Resultados eleitorais para prefeito em Oeiras (1982 a 1996)

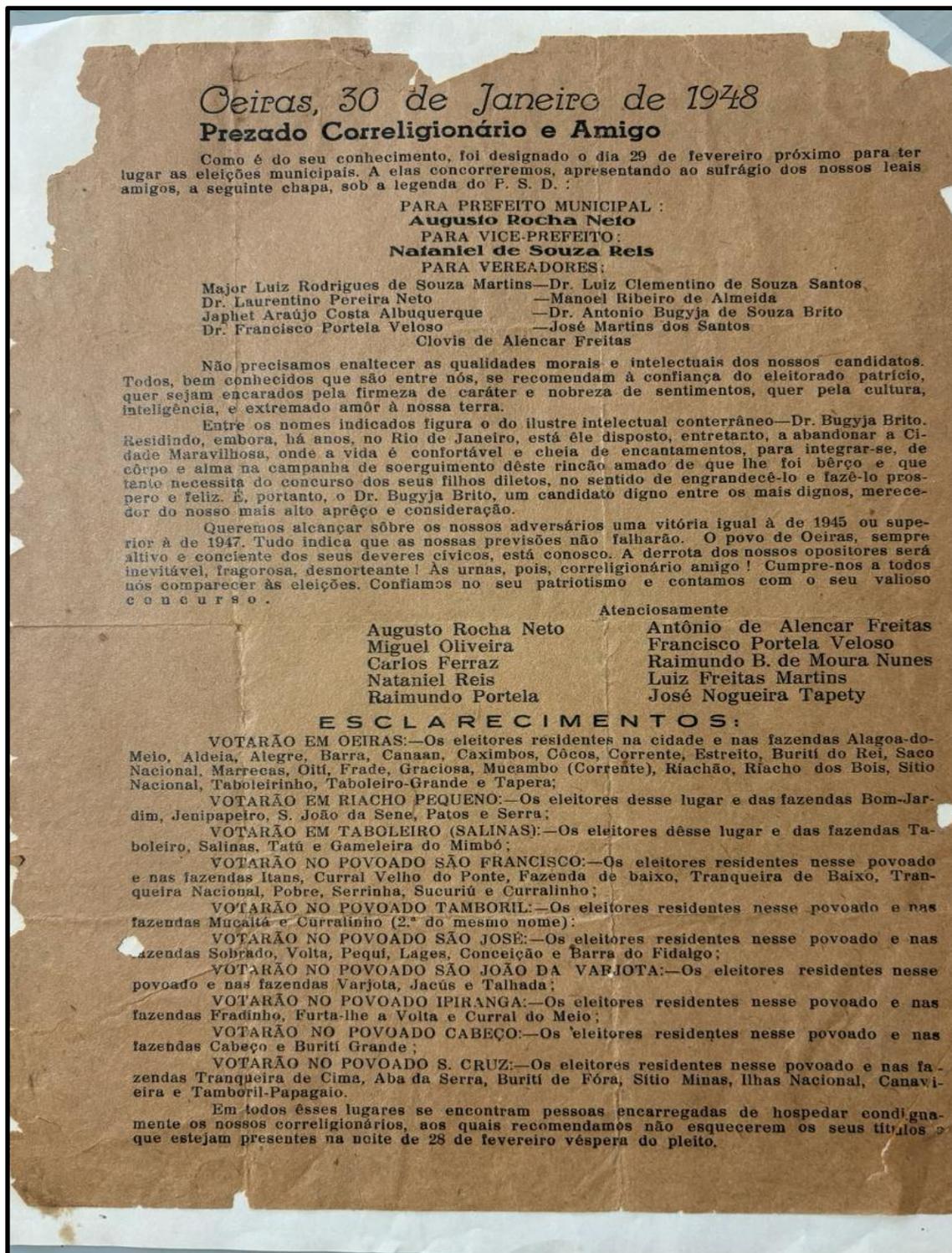
Ano	Colocação	Nome	Partido	Votos	Grupo
1982	1º	Benedito de Carvalho Sá	PMDB	7.422	Boca Preta
	2º	Pedro Mendes Freitas	PDS	5.767	Tupamaro
1988	1º	Marco Antônio N. de Carvalho	PMDB	11.301	Boca Preta
	2º	Benedito de Carvalho Nunes	PDS	7.583	Tupamaro
	3º	Raimundo Nonato P. de Sousa	PT	270	Sem grupo
1992	1º	Walburg Ribeiro G. Filho	PFL	8.783	Boca Preta
	2º	Juarez Piauyense de F. Tapety	PL	5.801	Tupamaro
	3º	Raimundo Nogueira de Sá Filho	PSC	895	Sem grupo
	4º	Valdália Reis de Freitas Tapety	PMDB	787	Sem grupo
	5º	Wilson da Silva Chagas	PT	325	Sem grupo
1996	1º	José Nogueira Tapety Neto	PMDB	5.981	Tupamaro
	2º	Raimundo Nogueira de Sá Filho	PSDB	5.851	Boca Preta
	3º	Marcos Antônio N. de Carvalho	PPS	4.285	Sem grupo
	4º	Advaldo de Freitas Sousa	PTB	286	Sem grupo

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, 2024 (adaptado).

A historicidade exposta, registrada pelo TSE (2024), evidencia que o grupo *Tupamaro*, durante o século XX, administrou a cidade de Oeiras nos intervalos de 1948 a 1966, depois de 1970 a 1982, em seguida, de 1996 a 2000, trinta e quatro anos, portanto. Já os gestores *Boca Preta* administraram Oeiras por dezoito anos, de 1966 a 1970, depois, de 1982 a 1996.

A constituição dos embates políticos dos dois grupos que se consolidariam mais tarde se inicia na Eleição de 1948. À época, a forma escrita era a maneira que se dispunha para expor as candidaturas e os componentes das chapas em um primeiro momento. Nessa direção, a chapa de Rocha Neto assim se apresentava (Figura 2).

Figura 2- Apresentação da chapa de Rocha Neto para o Executivo de Oeiras – 1948

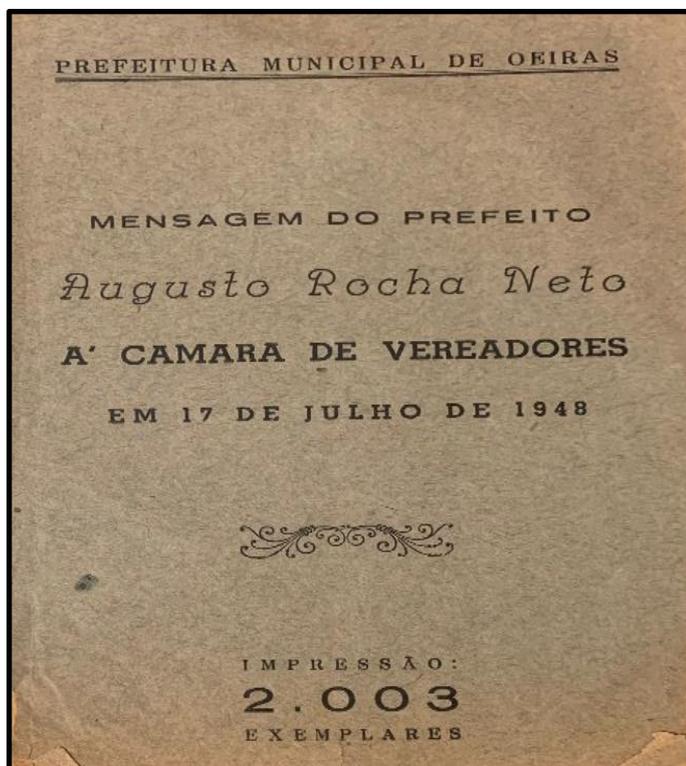


Fonte: Rocha Neto et al., 1948

Com essa configuração, ainda que em alguns momentos as famílias tenham feito acordos, as disputas mantiveram a rivalidade e eram alimentadas pelos líderes, como a carta de mensagem, de 1948, à Câmara Municipal, enviada por Augusto

Rocha Neto em que se imprime a quantidade de cópias equivalente a maioria deste no pleito (Figura 3).

**Figura 3** - Mensagem do prefeito Augusto Rocha Neto à Câmara de vereadores (1948)



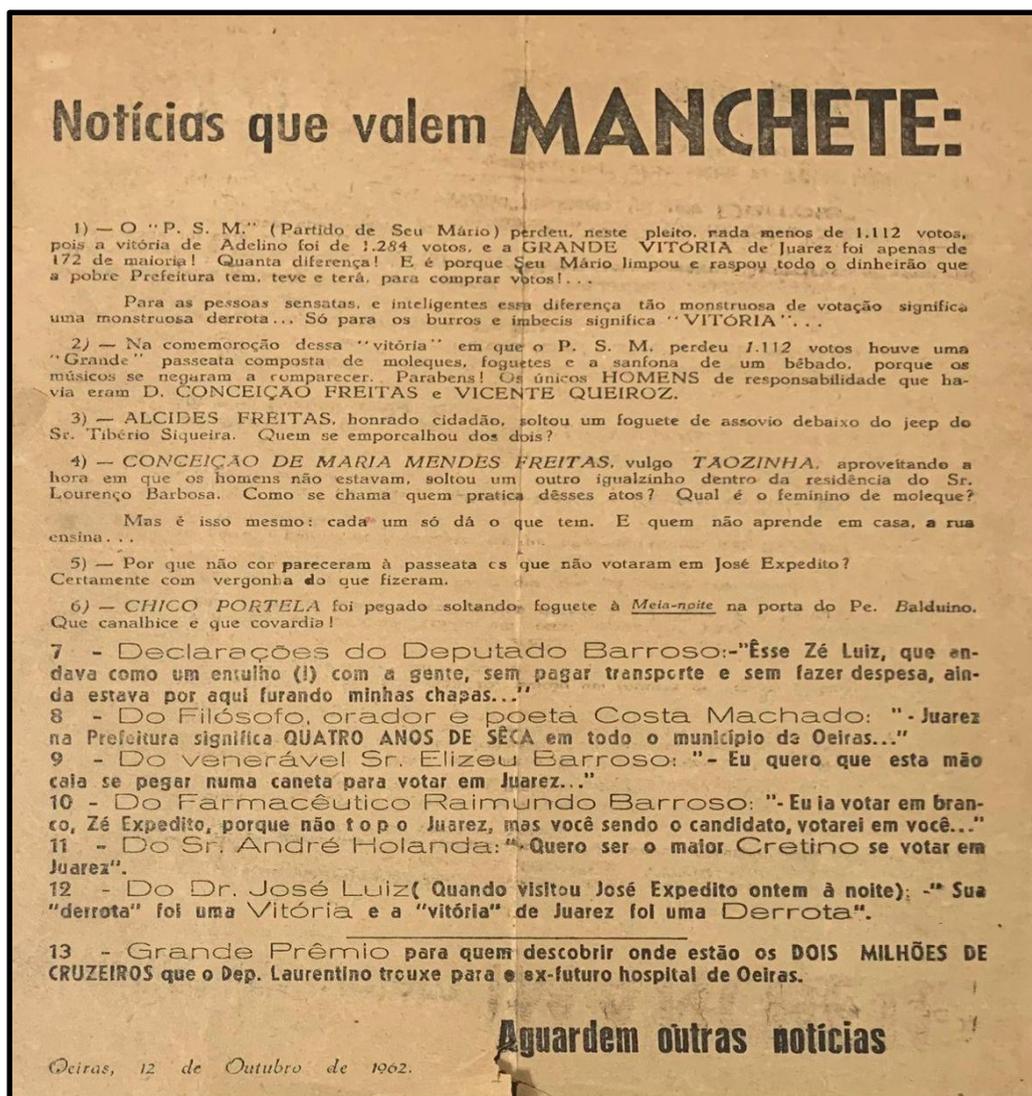
Fonte: Rocha Neto, 1948.

Em 1962, após a vitória de Juarez Tapety sobre José Expedito Rêgo, um escrito anônimo circulou na cidade, com análises (treze considerações) acerca da vitória e das comemorações dos vencedores. O escrito externa que o partido vencedor se chama Partido do Seu Mário (P.S.M), alusão a Mário Freitas, que havia sido eleito prefeito em 1954. Enaltece-se o candidato perdedor em função da parca minoria de votos obtida, apesar, como diz a autoria do texto, do uso intenso dos recursos financeiros da Prefeitura. Ademais, ao final do texto, colocam-se reflexões de pessoas conhecidas sobre a pessoa de Juarez Tapety, e chama a atenção para “grande prêmio para quem descobrir onde estão os dois milhões de cruzeiros que o Dep. Laurentino trouxe para o ex-futuro hospital de Oeiras”, fatos que continuariam a solidificar as disputas eleitorais em Oeiras (Figura 4).

As disputas entre os dois grupos políticos ensejaram com que se construíssem denominações para ambos. Uma das versões revela que um grupo achou por bem

chamar o outro de *Tupamaro*, em alusão à história uruguaia, dizendo também que um dos líderes desse grupo partidário, em Oeiras, tinha aparência de índio. Conforme palavras de Acelino Homero Praça, ex-vice-prefeito de Oeiras entre 1963-1966: “começou de sessenta e seis pra cá, Túpac Amaru era o chefe dos Tupamaros, então [...] eles querem dizer que Juarez é um índio, era um *Tupamaro*. E aí ele deu o nome de *Boca Preta* pra eles” (Matos, 2013, p.36).

Figura 4 - Relato após a perda da Eleição de 1962



Fonte: Notícias [...], 1962.

Outra versão popular consiste no conto de que o cartaz do candidato B. Sá para prefeito em 1982, dado não ser um material com qualidade de pintura como nos dias atuais, durante a noite, a partir do orvalho e sereno, acabou por desbotar a tinta da barba do retratado, o que fez com que as pessoas o denominassem, no dia seguinte, de *Boca Preta* (Figura 5).

Figura 5 - foto do candidato B. Sá (1982)



Fonte: acervo dos autores, 2024.

De fato, ainda que não haja consenso quanto a denominação dos grupos, verificam-se acirradas disputas entre ambos ao longo do século XX e XXI. Desse modo, como representante maior dos *Boca Preta* surge Benedito Sá (B. Sá), eleito prefeito em 1982, e Tapety Neto, do grupo *Tupamaro*, eleito prefeito em 1996, que sucede a liderança do pai, Juarez Tapety.

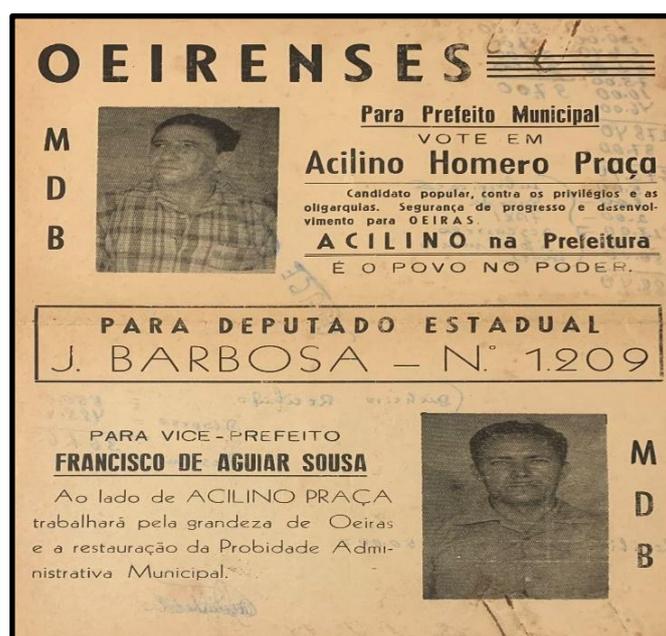
Nessa direção, Matos (2013) aponta que as ações dos dois grupos em seus momentos de gestão nas áreas de saúde, habitação, saneamento básico, cultura, lazer e esporte, procuraram imprimir suas marcas no município de Oeiras de maneira a modificarem suas formas e conteúdos, principalmente a partir da gestão de B. Sá, em 1982. Essas construções realizadas, sejam nas áreas rurais, sejam nas urbanas, construíram referenciais de identificação nos partidários e fidelidades eleitorais ao longo das disputas.

Nesse jogo propagandístico dos grupos *Boca Preta* e *Tupamaro*, aponta Barbosa (2015) que o rádio tem sido utilizado de forma significativa ao longo dos anos. Na verdade, os Tapety fundaram a Rádio Primeira Capital, em 1982, com o fito de tecer críticas ao então prefeito eleito e propagandear os feitos dos pertencentes ao grupo *Tupamaro*. Já os Sá, decidem instalar sua própria rádio, a Vale do Canindé, em 1987. Até hoje, essas duas emissoras radiofônicas funcionam e se dedicam diariamente a enaltecer um grupo e minimizar o outro, seja por meio das entrevistas, seja pelos próprios profissionais que nelas atuam, posto que precisam ser partidários do grupo.

Em Oeiras, semelhante ao que Ramos (2015) aponta em suas análises sobre a etnografia do comportamento dos eleitores em *Afogados da Ingazeira, em Pernambuco*, especialmente nos tempos de política, foram construídas identidades que procuram tornar os elos entre eleitores e seus representantes políticos mais sólidos. Sob este aspecto, ao grupo *Boca Preta*, nos períodos eleitorais, atribui-se a cor azul, enquanto o grupo *Tupamaro* se utiliza da cor amarela. Ademais, cada grupo faz uso de uma música que se torna sua marca. O grupo *Boca Preta* entoa “Pavão Misterioso”, de autoria de Ednardo, a qual começou a ser usada desde a primeira eleição de B. Sá, em 1982. Já o grupo *Tupamaro* utiliza “Morango do Nordeste”, de Walter de Afogados e Fernando Alves, a qual teve uso acentuado na eleição de Tapety Neto, em 1996.

Na verdade, o grupo *Boca Preta* inicia com os familiares dos Ribeiro de Carvalho (parentes do coronel Orlando de Carvalho), os Sá (a partir de 1982) e os Nunes, enquanto o grupo *Tupamaro* inicia com Rocha Neto, agrega depois as famílias dos Reis, Freitas e Tapety. De fato, desde 1948, só apareceram candidatos que podem ser considerados conflituosos com os grupos em 1988, 1992 e 1996. Contudo, em 1970, ensaiou-se uma candidatura dissidente, representada por Acilino Homero Praça, que havia sido vice-prefeito na gestão de Juarez Tapety (1962 a 1966), mas desistiu na reta final da campanha. Seu cartaz propositivo expunha ser contra os privilégios e as oligarquias (Figura 6).

**Figura 6** - Cartaz de campanha de Acilino Homero Praça (1970)



Fonte: Praça, 1970.

Ademais, se, por um lado, ao longo da temporalidade analisada, poucos foram os que tentaram entrar como terceira via frente aos grupos *Boca Preta* e *Tupamaro*, por outro, tem-se uma política com predominância da figura masculina; uma vez que somente em 1992 uma mulher se propõe a ser prefeita, pertencente a uma das famílias do grupo *Tupamaro*. Ademais, evidenciou-se, a partir dos resultados eleitorais, que a identificação pessoal do eleitor com o candidato se constitui em principal motivo da escolha dos oeirenses nas eleições municipais, fato já indicado por Augusto (2012) em suas discussões para Guarapuava (PR).

## **CONCLUSÃO**

A Geografia Eleitoral, um dos sub-ramos da Geografia Política, permite que se compreenda como as dinâmicas da política podem promover [re]produções espaciais por meio de modificações das formas e conteúdos de uma dada espacialidade. Nesse sentido, investigações nessa vertente são relevantes e precisam de maior vigor por parte dos geógrafos, em especial no Piauí, um dos Estados mais frágeis, economicamente, da federação.

De fato, os resultados da pesquisa indicam que a geografia piauiense não tem produzido estudos na temática, fato constatado na busca de dissertação no Programa de Pós Graduação em Geografia, nível de mestrado, da Universidade Federal do Piauí. As investigações encontradas situam-se no âmbito da Ciência Política, as quais tocam mais a localização geográfica dos votos do que efetivamente as dinâmicas espaciais contidas no processo eleitoral.

Constatou-se que o quadro de fragilidades socioeconômicas piauienses tem promovido a ascensão de poucos grupos ou famílias que dominam a cena política municipal, caso de Oeiras. De fato, no período analisado, de 1948 a 1996, as famílias Ribeiro de Carvalho, os Sá e os Nunes se constituíram no denominado grupo *Boca Preta*, enquanto os Rocha Neto, Reis, Freitas e Tapety ergueram o outro grupo opositor, como evidenciado nas ascendências familiares dos candidatos ao executivo municipal no corte temporal examinado.

Na temporalidade analisada, os *Tupamaro* administraram a cidade por 22 anos (1948 a 1966 e de 1997 a 2000), enquanto que os *Boca Preta* estiveram no executivo por 14 anos (de 1983 a 1996). As análises indicam que os grupos gestores que se alternaram no poder executivo oeirense pouco se diferenciaram nos interesses econômicos e políticos, haja vista que buscaram desenvolver ações que os

mantivessem no poder e ampliação dos seus capitais políticos, econômicos, sociais e culturais.

Na verdade, a partir de 1983 as gestões do grupo *Boca Preta* promoveram maiores ações nas áreas da educação com construções de escolas, no abastecimento d'água nas zonas rurais do município, ampliação no atendimento da saúde da população com disponibilidade de postos de saúde e oferta de entretenimentos culturais e esportivos na cidade.

Esses serviços e obras disponibilizadas a população oeirense desde a gestão do prefeito B. Sá (1983) promoveram maior fidelidade eleitoral ao grupo *Boca Preta*, fato evidenciado nos resultados eleitorais de 1996, momento que o grupo se divide com dois candidatos, Din Sá (obteve 5.851 votos) e Marcos Antônio (registrou 4.285 votos), e perdem para Tapety Neto (votado por 5.981 oeirenses). Nesse cenário os candidatos *Boca Preta* obtiveram, somados, 10.136 votos, o que lhes daria vitória com ampla maioria, caso não estivessem como opositores.

Esses grupos, denominados de *Boca Preta* e *Tupamaro*, construíram no imaginário social oeirense suas identidades para com seus eleitores, reforçadas nos momentos de eleições, por meio de cores, músicas, símbolos e representantes maiores, com B. Sá, desde 1982, para o primeiro, e Juarez Tapety, depois Tapety Neto, desde 1996, para o segundo.

Nesse sentido, como apontou a literatura, fortaleceu-se a principal motivação do eleitorado em suas escolhas para os gestores municipais, a identificação pessoal com o candidato. Essa empatia pessoal por parte do eleitorado é evidenciada nas diferenças de votos nos pleitos eleitorais, as quais, mesmo com variações, representam que cada grupo possui fidelidades eleitorais da população.

Por fim, a pesquisa em tela busca instigar os geógrafos piauienses a se aprofundarem nos estudos teóricos, metodológicos e empíricos da Geografia Eleitoral no Estado. Certamente as temáticas passíveis de investigações geográficas são diversas e podem contribuir com o descortinamento das dinâmicas que propiciam a reprodução de poucos núcleos familiares nos postos de comando dos executivos municipais, bem como nos comportamentos eleitorais dos votantes e votados.

## REFERÊNCIAS

- AMES, Barry. **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- ARAÚJO, Magno José de Sá. **Famílias sertanejas**. Disponível em: <https://www.araujo.eti.br/default.asp>. Acesso em: 7 jun. 2024.
- ARRAES FILHO, Manoel Ricardo. **Oligarquias elites políticas no Piauí: 1982 a 1995**. 2000. 184 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/192850>. Acesso em: 25 jun. 2024.
- AUGUSTO, Daniel Cirilo. **Geografia Eleitoral e decisão do voto: uma análise a partir do eleitorado de Guarapuava-PR**. 2012. 170 p. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, Paraná, 2012. Disponível em: <http://tede.unicentro.br:8080/jspui/bitstream/tede/503/1/PR%20Daniel%20Cirilo%20Augusto.pdf>. Acesso em: 25 maio 2024.
- AUGUSTO, Daniel Cirilo. **Comportamento geográfico do voto: a identificação pessoal e a identificação partidária em Portugal e no Brasil**. 2017. 331p. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual de Maringá, Paraná, 2017. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/bitstream/1/2883/1/000227015.pdf>. Acesso em: 25 maio 2024.
- AZEVEDO, Daniel Abreu de. A necessidade da Geografia Eleitoral: as possibilidades do campo. **Geosp**, São Paulo, v. 27, n. 2, e-204649. 2023. DOI 10.11606. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/204649>. Acesso em 25 maio 2024.
- AZEVEDO, Daniel Abreu de. **Divisão Municipal e o exercício da cidadania em espaços desiguais: os casos do Piauí e Rio Grande do Sul**. 2012. 121 p. Dissertação (Mestrado em geografia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/16/teses/795977.pdf>. Acesso em: 25 maio 2024.
- BARBOSA, Janildo Mendes. **Mito, carisma e política: atuação do partido boca-preta em Oeiras (1983-1996)**. 2015. 60 p. Monografia (Licenciatura Plena em História), Universidade Estadual do Piauí, Oeiras, 2015.
- BRAGA, Danilo Fiani. **Pentecostalismo e política: uma Geografia Eleitoral dos candidatos ligados à Igreja Universal do Reino de Deus no município do Rio de Janeiro - 2000 a 2006**. 2008. 125 p. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/16/teses/716527.pdf>. Acesso em: 25 maio 2024.
- BUENO, P. H. de C.; NASCIMENTO, C. S. da S. Território Vale do Canindé (PI): uma análise de suas vulnerabilidades socioespaciais a partir das condições econômicas. **Estudos geográficos**. v. 20, n. 3, 2022, p. 143-164. DOI: 10.5016/estgeo.v20i3.16653. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/16653/12694>. Acesso em: 26 maio 2024.

CARVALHO, Nelson Rojas de. **E no início eram as bases:** Geografia Política do voto e comportamento legislativo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 2003. 224 p.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e política:** território, escalas de ação e instituições. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 300p.

CASTRO, Iná Elias de. Entre a Política e a Nova Agenda da Geografia. **Revista Continentes**, n. 7, p. 9-35, 2015. Disponível em: <<https://www.revistacontinentes.com.br/index.php/continentes/article/view/79>>. Acesso em: 05 nov. 2024.

CASTRO, Iná Elias de. Geografia política: o que é afinal e para que serve. **Espaço & Geografia**, vol.24, n.2, p. 1-26. 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/espacoegeografia/article/view/40254/31297>. Acesso em: 25 maio 2024.

CASTRO, Iná Elias de; AZEVEDO, Daniel Abreu de. Porque é preciso falar de municípios e de geografia política. **Conhecer: Debate Entre o Público e o Privado**, vol. 12, n.29, p. 31-54. 2022. DOI 10.32335/2238-0426.2022.12.29.8345. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/8345/7066>. Acesso em 25 maio 2024.

CEPRO – FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ. **Diagnóstico socioeconômico:** Oeiras. 2013. p. 1-6. Disponível em: [http://www.cepro.pi.gov.br/download/201105/CEPRO03\\_d0e0fba598.pdf](http://www.cepro.pi.gov.br/download/201105/CEPRO03_d0e0fba598.pdf). Acesso em: 26 maio 2024.

CUNHA, Ricardo Borges da. **Geografia Eleitoral e o emprego de uma análise sistêmica:** um estudo de caso sobre o processo político no município do Rio Grande/RS. 2014. 166 p. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande do Sul, 2014. Disponível em: [https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/4038/2014\\_cunha\\_geografia\\_eleitoral\\_emprego.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/4038/2014_cunha_geografia_eleitoral_emprego.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 25 maio 2024.

DANTAS FILHO, Adauto de Galiza. **A Geografia Política da Assembleia Legislativa Piauiense (1998-2014).** 2018. 96 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufpi.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/1468/a%20geografia%20pol%c3%adtica%20da%20assembleia%20legislativa%20piauiense%20%281998-2014%29.pdf?sequence=1>. Acesso em: 26 maio 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Biblioteca. **Recenseamento geral do Brasil:** 1872 a 2010. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=765&view=detalhes>. Acesso em: 29 abr. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2022.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/oeiras/panorama>. Acesso em: 31 mai. 2024.

LIMA, J. G. Território atrasado com estratégias de desenvolvimento regional recentes: evolução do planejamento territorial no Estado do Piauí. **Anais VIII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul (RS), set. 2017. p. 1-22. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/16233/4451>. Acesso em: 1 jul. 2021

MATOS, Marcelo Nunes de. **A cidade visível: o biopoder em Oeiras do Piauí a partir do bipartidarismo dos bocas pretas e tupamaros de 1980 a 2012**. 2013. 70 p. Monografia (Licenciatura Plena em História), Universidade Estadual do Piauí, Oeiras, 2013.

MOURA, Germano Lúcio Pereira. **Familismo político: manutenção e reprodução da herança política na ALEPI (1986-2014)**. 2019. 128 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019. Disponível em: [http://repositorio.ufpi.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/2174/GERMANO%20L%20C%20P%20PEREIRA%20MOURA\\_\\_disserta%20a7%20a3o%20final.pdf?sequence=1](http://repositorio.ufpi.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/2174/GERMANO%20L%20C%20P%20PEREIRA%20MOURA__disserta%20a7%20a3o%20final.pdf?sequence=1). Acesso em: 25 jun. 2024.

NAVES, Witer Fonseca. **Geografia do voto no Tocantins: influências e disputas territoriais nos processos eleitorais entre 2002 E 2014**. 2019. 117 p. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2019. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/1746/1/Witer%20Fonseca%20Naves%20Disserta%20a7%20a3o.pdf>. Acesso em: 25 maio 2024.

NEVES, Adriano Craveiro. **Geografia do voto e conexão eleitoral nas eleições de 1994 a 2006 para deputado federal no Piauí**. 2010. 109 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

NOGUEIRA, Braian de Alencar. **Geografia Eleitoral e Identidade: um Estudo de Caso da Zona Norte de Goiânia**. 2020. 77 p. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/teseserver/api/core/bitstreams/c0523eea-36de-4d81-9018-a0fee2759fac/content>. Acesso em: 25 maio 2024.

NOTÍCIAS que valem manchete. 1962. Cartaz.

PEREIRA, Bruno Magnum. **Geografia Eleitoral: análise espacial dos votos dos deputados estaduais de Goiás nas eleições de 2006 e 2010**. 2014. 143 p. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014. Disponível em:

[https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/5230/2014\\_pereira\\_geografia\\_eleitoral\\_analise.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/5230/2014_pereira_geografia_eleitoral_analise.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 25 maio 2024.

PEREIRA, D. C. **Cidades Patrimônio: uma geografia das políticas públicas de preservação no Brasil**. Dissertação. 2015. 188 p. (Mestrado em Geografia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: [https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-22122015-101754/publico/2015\\_DaniloCelsoPereira\\_VCorr.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-22122015-101754/publico/2015_DaniloCelsoPereira_VCorr.pdf). Acesso em: 26 maio 2024.

PRAÇA, Acilino Homeo. **Oeirenses**. 1970. 1 Cartaz.

RAMOS, Carlos Eduardo Q. P. S. **O tempo da política:** uma etnografia do comportamento eleitoral na cidade de Afogados da Ingazeira-PE. 2015. 157 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2015. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/bitstream/riufcg/163/3/CARLOS%20EDUARDO%20QUEIROZ%20PESSOA%20-%20DISSERTA%C3%87%C3%83O%20PPGCS%20CH%202015.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2024.

ROCHA, Z. de H. **Modernização e ressignificação:** as contradições da formação do espaço urbano oeirense (1900 - 1945). 2015. 146 p. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2015. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/riufcg/498/ZULENE%20DE%20HOLANDA%20ROCHA%20%e2%80%93%20DISSERTA%C3%87%C3%83O%20PPGH%20CH%202018.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 26 maio 2024.

ROCHA NETO, Augusto. **Mensagem do prefeito Augusto Rocha Neto à câmara de vereadores.** Oeiras, PI: Prefeitura Municipal de Oeiras, 1948.

ROCHA NETO, Augusto *et al.* **Prezado correligionário e amigo.** 1948. 1 Cartaz.

SILVA, Roberto John Gonçalves da. **Metamorfose das oligarquias:** O caso do Piauí. 1999. 363p. Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade de São Paulo, São Paulo. 1999.

SOARES, Renato Morgado. **Um voto na Geografia Eleitoral:** análise do território para as eleições presidenciais brasileiras entre 1998 e 2002. 2019. 153 p. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-22122020-204142/publico/2019\\_RenatoMorgadoSoares\\_VCorr.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-22122020-204142/publico/2019_RenatoMorgadoSoares_VCorr.pdf). Acesso em: 25 maio 2024.

TERRON, Sônia. Geografia Eleitoral em foco. **Em Debate**, Belo Horizonte, v.4, n.2, p.8-18, maio 2012. Disponível em: <http://www.opiniaopublica.ufmg.br/site/files/edicao/EDmaio12-final.pdf#page=8>. Acesso em: 1 jul. 2024.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Eleições Anteriores.** Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores>. Acesso em: 20 mar. 2024.

Recebido em 12 de julho de 2024  
Aceito em 06 de novembro de 2024